


CORRENTES INSTITUCIONAIS E INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO: APONTAMENTOS SOBRE UMA RUPTURA ANALÍTICA

INSTITUTIONAL CURRENTS AND METHODOLOGICAL INDIVIDUALISM:
REFLECTIONS ON AN ANALYTICAL RUPTURE

*Tatiana Figueiredo Breviglieri*¹

Universidade Estadual Paulista

E-mail: tatianabreviglieri@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5734-0888>

Recebido em: 15 de outubro de 2024

Aceito em: 10 de junho de 2025

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central evidenciar o rompimento entre o institucionalismo de Veblen e a Nova Economia Institucional. Apesar de ambas escolas serem consideradas correntes institucionais, demonstra-se a impossibilidade de uma convergência entre elas, uma vez que a primeira se caracteriza pela recusa do individualismo metodológico, se opondo, portanto, a ortodoxia econômica, enquanto a segunda adota esse método que está no cerne da abordagem tradicional. Apesar da similaridade na definição de instituição para as duas escolas, o método neoclássico do individualismo metodológico é uma ruptura notável, uma vez que para os novos institucionalistas são as relações

1 Doutora em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual Paulista (UNESP/2025) com período sanduíche na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Bacharela em Ciências Econômicas (UNESP/2017) e Mestra em Economia (UNESP/2021). Lida com temas relacionados a Economia Brasileira, Economia Política e Economia Institucional. Membro do Grupo de Pesquisa em Economia Aplicada (GPEA) da UNESP.

entre os indivíduos, dados seus interesses e preferências, as responsáveis pela criação e estabelecimento das instituições e, para os institucionalistas originais, as instituições são moldadas a partir de determinados interesses, sejam eles do das classes dominantes ou do Estado mediador de conflitos.

Palavras-chave: Institucionalismo Original; Nova Economia Institucional; Individualismo metodológico

ABSTRACT

The central objective of this article is to highlight the rupture between Veblenian institutionalism and New Institutional Economics. Although both are classified as institutional approaches, this paper argues that convergence between them is fundamentally impossible. Veblenian institutionalism is defined by its rejection of methodological individualism and therefore stands in opposition to economic orthodoxy, whereas New Institutional Economics explicitly adopts this method, which lies at the core of the traditional approach. While the two schools share a broadly similar definition of institutions, the neoclassical commitment to methodological individualism constitutes a decisive point of divergence. For new institutionalists, institutions emerge from interactions among individuals, given their interests and preferences. By contrast, original institutionalists conceive institutions as shaped by specific interests, whether those of dominant social classes or of the state acting as a mediator of conflict.

Keywords: Original Institutionalism; New Institutional Economics; Methodological Individualism

Códigos JEL: B52; B41; B00

1. Introdução

A agenda de pesquisa institucional tem como elo principal a abordagem dinâmica de análise dos fenômenos econômicos. Ao rejeitar a análise econômica em termos estáticos, entende-se que os fatos econômicos possuem passado e futuro, e estão inseridos em um processo evolucionário (Langlois, 1998; Hodgson, 1998; Conceição, 2001). No entanto, enquanto o institucionalismo de Veblen (1857-1929) se opõe a ortodoxia econômica ao recusar o individualismo metodológico, a Nova Economia Institucional tem esse método como ponto de partida. Sendo assim, o presente artigo se debruça sobre algumas das principais características das correntes do institucionalismo de Veblen (também conhecido como a Economia Institucional Original) e da Nova Economia Institucional (NEI), jogando

luz sobre o fato da diferenciação das duas através da adoção individualismo metodológico pela NEI.

Apesar dos novos institucionalistas abrangerem o processo dinâmico que entende os fenômenos econômicos através do passado e futuro, o individualismo metodológico adotado por esses teóricos é baseado em pressupostos que negam a própria realidade econômica, uma vez que essa é dinâmica, interativa, o que demonstra uma incompatibilidade com o indivíduo dado e definitivo da abordagem neoclássica. Esse indivíduo da abordagem tradicional sabe exatamente onde chegará através da soberania e da rigidez da sua escolha: em um equilíbrio estático através de uma racionalidade maximizadora. Nessa direção, esses teóricos – os novos institucionalistas – sustentam que é a geração espontânea a partir das relações sociais que formam as regras e, assim, os mecanismos de coordenação dos mercados são gerados simplesmente a partir das interações e preferências individuais. Já o institucionalismo vebleniano considera que as instituições são difundidas pelos hábitos mentais predominantes que são aprendidos e reproduzidos na sociedade.

Dessa forma, o trabalho tem como principal objetivo evidenciar a impossibilidade de aproximação dessas duas correntes, pois, apesar de ambas serem correntes institucionais, o ponto de partida delas é divergente. Para isso, o trabalho se debruça sobre alguns pontos relevantes do alicerce teórico de Veblen e sobre outros trabalhos que se dedicaram à compreensão da recusa do método tradicional pelos institucionalistas originais, bem como traz pontos relevantes de trabalhos de institucionalistas que exploram a NEI sob a perspectiva da adoção do método neoclássico.

Além dessa breve introdução, o presente artigo está dividido da seguinte forma: a primeira seção se dedica a apresentar pontos relevantes do arcabouço teórico vebleniano que nos permitem identificar a oposição do institucionalismo original à abordagem tradicional. A seção seguinte abordará pontos relevantes da NEI, identificando que, apesar dessa corrente abranger processos dinâmicos na análise dos fenômenos econômico e contar com uma multidisciplinariedade que não existe na economia tradicional, a utilização do individualismo metodológico não a permite se opor à ortodoxia. Em seguida, jogaremos luz sobre as principais diferenças entre essas duas escolas, visando, principalmente, discutir a importância

do individualismo metodológico como rompimento entre as correntes. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2. A Economia Institucional Original

2.1. O institucionalismo de Veblen

A Economia Institucional Original ou a sociologia econômica americana, o “institucionalismo” de Veblen (Steiner, 2006, p. 11), tem laços estreitos com a sociologia econômica de Durkheim (1895). Esse sociólogo questionou o método da Economia a partir da concepção do *homo oeconomicus*, o agente racional de comportamento egoísta, que está alienado ao meio histórico e social em que, de fato, está inserido. Contudo, Steiner (2006) argumenta que Durkheim e os membros de sua escola não propunham a eliminação da teoria econômica, mas uma reformulação a partir da substituição daquele método pela sociologia econômica. Esses sociólogos tinham como argumentação central que a Economia se preocupava com o que os agentes deveriam fazer se fossem racionais, como ela suporia que eram. Já a sociologia econômica, “realiza pesquisas históricas e sociológicas precisas para demonstrar que o comportamento egoísta, associado a outras formas de comportamento, varia conforme o contexto histórico e social para produzir tal ou tal resultado” (*ibidem*, p. 10).

Para a sociologia econômica, os fatos observáveis não são puramente econômicos, são fatos sociais que, definidos por Durkheim (1895), são as formas de agir e pensar externas aos homens, mas que possuem poder de coerção sobre ele. Essa abordagem tem íntima relação com as instituições de Veblen (1899). Ao também questionar a abordagem tradicional da economia, o institucionalismo de Veblen ressalta a importância dos hábitos de pensamento predominantes, que são formas propagadas de pensar as relações do indivíduo e da sociedade, isto é, as instituições. Os fatos sociais para Durkheim são as instituições para Veblen, e os fenômenos econômicos explicados pela teoria econômica carecem da sustentação das instituições e das representações sociais, para ambos autores. Nas palavras de Steiner

(2006, p. 11):

A sociologia, diz [o membro da escola de Durkheim] Mauss (1901, p. 150), é a ciência das instituições, ou seja, é a ciência dos atos e das ideias que os indivíduos encontram instituídos e que, em maior ou menor medida, se impõe a eles. Instituição é um outro nome dado ao fato social durkheimiano para designar tanto os arranjos sociais fundamentais (uma constituição política) quanto fenômenos como a moda ou preconceitos.

No final do século XIX Veblen questionou o tratamento da Economia como uma ciência moderna em seu seminal artigo “*Why is Economics not an Evolutionary Science?*” de 1898. Para esse autor, a teoria econômica, ao desconsiderar o processo evolucionário dos fatos observáveis relega a disciplina à uma pré-ciência. O que o autor chama de ciência pré-evolucionária carece de elementos evolucionários que expliquem os eventos econômicos. Nesse sentido, Veblen (1898) baseia-se na argumentação de que os economistas possuem um hábito arcaico de pensamento ao reduzir os fenômenos econômicos: esses estão sempre atrelados à uma “verdade fundamental” e são ajustados às exigências de uma “normalidade definitiva”. Em outras palavras, o conhecimento na teoria tradicional é forjado a partir do que o autor chamou de senso comum esclarecido e deliberado, e a economia está limitada a sequências factuais que sempre tenderão a um final conhecido, e qualquer evento que impeça o que está preconcebido por seus modelos é lido apenas como um “fato perturbador”.

O institucionalismo vebleniano sustenta, assim, que a disciplina se baseia em leis e princípios definitivos que se descolam da realidade, já que os fenômenos econômicos funcionam de acordo com pressupostos definidos pelo economista, e não em termos de relação sequencial causal. Sendo assim, haverá sempre uma tendência ao equilíbrio para a qual a teoria formula as condições para que ele ocorra, isto é, os agentes sabem exatamente onde irão chegar, uma vez que as ações ou forças causais que atuam nos processos econômicos são rejeitadas: “o resultado do método é, no máximo, um corpo de proposições logicamente consistentes que dizem respeito as relações normais das coisas – um sistema de taxonomia

econômica” (Veblen, 1898, p. 40)

A preocupação da abordagem tradicional com o material humano se dá em termos hedonistas, sendo, segundo o institucionalista, os agentes passivos e definitivos, possuidores de uma natureza de inerte e imutável, perfeitamente reagentes a prazer e dor: podem responder aos estímulos de forças atuantes, mas sempre permanecerão ilesos. É notável que nesse método não há passado nem futuro: o indivíduo é isolado e definitivo. Apesar de se deslocar ora ou outra por forças atuantes, permanecerá sempre em um equilíbrio estável. Esse não é o indivíduo para o arcabouço teórico vebleniano. O homem, para Veblen, é aquele da convenção e da afetação social.

Sempre absorvendo a interdisciplinaridade, ancorado na psicologia e antropologia da época, Veblen (1898, p. 45) mostra que o ser humano possui a característica de “fazer algo” e não apenas ser um agente passivo à prazer e dor conforme forças o atingem. O ser humano é “uma estrutura coerente de propensões e hábitos que buscam realização e expressão em uma atividade em desdobramento”. Ao invés de ser algo acidental guiado apenas pela satisfação dos desejos, a atividade humana é o cerne do processo em que o agente está envolvido, e são as “circunstancias de temperamento” que determinam o desdobramento da atividade. Tais circunstancias são o que forjam o atual estado da mente, isto é, os hábitos de pensamento dos indivíduos.

O processo de vida entendido por Veblen como fundamental para a investigação econômica acontece através do acúmulo de características herdadas dos indivíduos que foram e são moldadas por tradições, convenções e circunstancias materiais. Cada passo do processo desenvolvido parte dessa bagagem acumulada, e são, o indivíduo e o seu ambiente, frutos do processo passado. Nesse sentido, a argumentação do institucionalista vai na direção de que o homem não é isolado do ambiente em de vive: o que é verdade para um indivíduo, também é verdade para o grupo em que ele está inserido, e assim são enraizados os hábitos de pensamento dentro da cultura que o cerca. Os indivíduos aprendem métodos de pensar, a partir do interesse econômico que molda o crescimento cultural das comunidades, e os transmitem por gerações.

Nessa direção, para entender o processo no qual o indivíduo está

inserido, é preciso entender que ele agirá, no próximo passo, de acordo com os hábitos que foram moldados por processos passados e isso influenciará todo o resto: não é possível isolar fenômenos culturais, uma vez que todos estão imersos nas tradições e convenções transmitidas, e os hábitos de pensamento forjados em qualquer esfera da vida cultural do indivíduo influem no raciocínio das demais. Nesse sentido, Veblen estava interessado em entender o ambiente material em que as ações são realizadas². Em outras palavras, encontrando-se o indivíduo (e sua comunidade) no contexto econômico do capitalismo, esse exercerá influência em vários âmbitos de sua vida: cultura, religião, relações sentimentais e, por fim, pode-se considerar que esse sistema persuadirá seu comportamento – sendo assim, o interesse econômico torna-se o principal vínculo de consolidação das instituições nas sociedades.

Nessa seara, não se pode deixar de apontar a classe ociosa de Veblen (1899): uma elite com características peculiares que moldam instituições e contribuem para o caráter conservador da sociedade. A partir do entendimento de que os indivíduos não são passivos e definitivos, mas são influentes e influenciados pelo ambiente social que os permeia, a relevância de compreender o comportamento das elites no delineamento das instituições é notória. Nesse sentido, Veblen mostrou que as classes superiores possuem certo protagonismo no estabelecimento das dinâmicas sociais e econômicas.

Característica relevante da classe ociosa é que se trata de uma elite usuária do excedente econômico da sociedade que ela própria não criou (Veblen, 1899). Essa classe tinha como um dos traços marcantes de definição o não envolvimento em atividades produtivas e o total desprezo a essas atividades, dedicando-se integralmente a evitá-las³. Sendo assim, o autor mostra a natureza parasitária e conservadora da classe ociosa, que contava com as instituições para sua permanência, legitimidade e perpetuação. Veblen enfatiza a importância dessa classe nas relações

2 Para se tratar de uma ciência moderna, a Economia deveria passar do hábito mental animista, com noção de normalidade definitiva para o hábito mental materialista, visão que busca compreender os fatos em termos de seqüência cumulativa.

3 Não se tratava, entretanto, de uma classe inativa ou meramente preguiçosa: a classe ociosa mantinha seu status de prestígio ao dedicar-se às atividades relacionadas à esfera política, às forças armadas, ao clero e aos esportes (Veblen, 1899).

de poder na sociedade, de sua relevância enquanto mantenedora de um status que a define e de sua legitimidade enquanto estrutura de classe da sociedade capitalista.

A partir da teoria da classe ociosa e da definição de instituição – para a qual os hábitos de pensamento modelam o comportamento humano e as interações entre os indivíduos e seus grupos – é possível compreender que o interesse das elites forja a dinâmica econômica das comunidades. Em outras palavras, a classe ociosa define os cânones de respeitabilidade, de decência e os padrões de consumo de toda a sociedade. Dessa forma, a teoria da classe ociosa de Veblen sustenta que existe uma força da inércia das instituições, uma vez que são forjadas pelos interesses dessa elite e tem o poder de influenciar a dinâmica econômica da sociedade.

A classe ociosa está no topo da estrutura social em matéria de consideração; e seu modo de vida, mais os seus padrões de valor, proporcionam à comunidade as normas da boa reputação. A observância desses padrões, em certa medida, torna-se também incumbência de todas as classes inferiores da escala. Nas modernas comunidades civilizadas, as linhas de demarcação entre as classes sociais se tornam vagas e transitórias, e, onde é que isso ocorra, a norma da boa reputação imposta pela classe superior estende a sua influência coercitiva, com ligeiros entraves, por toda a estrutura social, até atingir as camadas mais baixas. O resultado é os membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a fim de viverem segundo aquele ideal. Sob pena de perder o bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem eles, pelo menos na aparência, conformar-se com o código aceito (VEBLEN, 1899, p. 41).

2.2. Os hábitos e as instituições

A abordagem evolucionária utilizada pelo institucionalismo

de Veblen que transforma o papel do indivíduo no contexto social foi trazida da biologia, disciplina que sustenta que os eventos apresentam passado e futuro, o que traz uma dinamicidade para os fatos observados. A ideia central é aquela encontrada na seleção natural de Darwin: a seleção e a transmissão de características sociais permitem o surgimento e a perpetuação das instituições que melhor se adaptam ao contexto social e econômico que se encontram (Nelson, 2006). Sobre isso, Nelson e Winter (1982), dois dos principais expoentes do “neoinstitucionalismo”, retomaram as ideias veblenianas e buscaram consolidar uma teoria evolucionária. Ao trazer as ideias da biologia para a economia, esses autores abordaram a ciência evolucionária como explicação para os fenômenos econômicos e sociais.

Apesar do ponto de partida ser a teoria de Darwin, é na teoria lamarckiana que as ciências sociais parecem encontrar melhores explicações para seus fenômenos na medida em que os institucionalistas buscaram mostrar que não há aleatoriedade nos eventos sociais. Assim como a explicação lamarckiana para os pescoços das girafas, as rotinas das firmas são aprendidas e transmitidas por um processo de tentativa e erro. É esse processo que permite o surgimento de novas tecnologias, isto é, a visão evolucionária mostra a importância de um processo dinâmico de aprendizado existente na economia, porém, ignorado pela teoria econômica (Hodgson 2002; Possas, 2008). Como aponta Guedes (2013), para os institucionalistas originais, é nesse contexto que as instituições apresentam o *locus* principal nos processos de conservação e mudança econômica. Apesar das divergências entre correntes institucionalistas, é possível admitir que a existência de um processo evolucionário para a economia é um dos principais elos que as relacionam.

Além disso, um conceito muito importante para os institucionalistas originais é o hábito. Para esses teóricos, o hábito é o elemento que dá base às instituições, como explica Hodgson (1998). Os institucionalistas originais explicam o hábito como a base da ação e crença humana: trata-se de uma disposição em grande parte não deliberativa e autoacionada de executar um padrão de

comportamento já conhecido. Essas regularidades do comportamento humano são corroboradas ou refutadas por avaliações dadas aos elementos em nível microeconômico. Significa dizer que os elementos em nível micro não são dados e definitivos como prevê a abordagem tradicional, mas exibem diversidade e mudança. Essas mudanças estão entrelaçadas tanto com transformações como com regularidades das instituições. Em outras palavras, as instituições reforçam e são reforçadas pelos hábitos dos indivíduos.

Ironicamente, ao presumir indivíduos dados, o projeto dos microfundamentos na Economia ortodoxa teve de pressupor também que cada e todo indivíduo era *idêntico* para tentar tornar a análise factível. Contrastando, o institucionalismo aponta não para uma objetividade supraindividual espúria, nem para a uniformidade dos agentes individuais, mas para o conceito de ordem socioeconômica emergindo da variedade no nível micro. (HODGSON, 1998, p. 257)

A importância dos hábitos se dá principalmente por que esses fazem parte da habilidade cognitiva dos indivíduos e do processo de aprendizagem. É através dos hábitos que são aprendidos e imitados os processos dentro das estruturas institucionais, como explica Hodgson (1998). Portanto, os sistemas macroeconômicos funcionam através da avaliação de padrões e regularidades do comportamento humano. Esses padrões de comportamento permitem mostrar alguns pontos importantes para a análise dos fenômenos econômicos, tais quais imitação, inércia, lock-in e causalidade cumulativa, conforme aponta o autor.

Sendo assim, Hodgson (1998) explica que, para os institucionalistas originais, é notável que as regularidades dos sistemas macroeconômicos surgem *por causa* das variações no nível micro, e não *apesar* dessas variações. Isso confronta diretamente a ideia da economia tradicional de que há a necessidade de microfundamentos sólidos para gerar regularidades macroeconômicas. São os costumes e as rotinas, caracterizados por processos de aprendizagem dos atores econômicos, que formam as

instituições com bases sólidas e interligadas. Hodgson (1998) explica que é dessa forma que os hábitos mantêm o conhecimento dos agentes e as instituições atuam de forma a transmitir ao longo do tempo as habilidades cognitivas adquiridas.

Nessa direção, nota-se uma oposição importante dos institucionalistas originais à economia tradicional: “o indivíduo conta com a aquisição de tais hábitos cognitivos, antes que a razão, a comunicação, a escolha e a ação sejam possíveis” (*ibidem*, p. 272). Sendo assim, os indivíduos introduzem as habilidades aprendidas no processo de aprendizagem aos hábitos, e, sendo os hábitos tornados comuns a um grupo de indivíduos, conseqüentemente a uma cultura social, eles se tornam rotinas e costumes. Conseguimos, portanto, encontrar aqui o agente inserido em um processo evolucionário, no qual o indivíduo está longe de ser um simples agente passivo e definitivo.

Não há, portanto, como o indivíduo ser considerado “dado” nessa abordagem, uma vez que a racionalidade dos agentes depende de suportes institucionais, como pontua Hodgson (1998). Os objetivos e preferências dos agentes são moldados a partir do acesso a habilidades cognitivas em comum, bem como o conhecimento é repassado aos membros de um mesmo grupo social. São, portanto, a produção e a reprodução dos hábitos de pensamento e ação que, através da transmissão pelas instituições impõem uma forma e coerência social às interações dos indivíduos. O hábito comportamental e a estrutura institucional estão mutualmente entrelaçados e são reciprocamente reforçados, tratando-se, os hábitos e as instituições, como conceitos gêmeos para os institucionalistas originais (*ibidem*, 1998).

2.3. As instituições como mediadoras de conflitos

Outro expoente do institucionalismo original é John Commons. O arcabouço teórico desse institucionalista está baseado na argumentação de que se há ordem e/ou estabilidade econômica, essas não são naturais, mas resultados das instituições. Essas, por sua vez, tratam-se da ação coletiva que age no controle, na expansão e na liberação da ação individual (Commons, 1924). Em outras palavras, a mente institucionalizada do

indivíduo é guiada pelas regras de comportamento, isso porque não existe previsibilidade sobre a ação humana, como prevê a abordagem tradicional. As instituições surgem como uma ação coletiva para mediar conflitos e garantir um sistema econômico minimamente funcional. A ação coletiva, portanto, age no controle da ação individual.

Sobre isso, Guedes (2013) aponta que ao contrário do ponto de partida ser o indivíduo, Commons mostrou que as instituições econômicas são resultado da regulação da interatividade dos indivíduos dentro da esfera na qual a vida dos indivíduos acontece, esfera essa que se trata dos vários tipos de ação coletiva, tais como a família, o governo, as empresas, as escolas, entre outras. As *going concerns*, como explica Guedes (2013), referia-se aos vários tipos de ação coletiva, sendo essas a família, o governo, a empresa, as escolas, entre outras – como explicou Cavalcante (2015) sobre as *organized actions*. É dentro dessas esferas socioeconômicas que o indivíduo interage baseado em regras, costumes e leis. Dessa forma, Commons retirava o viés subjetivo das vontades individuais e procurava mostrar que a unidade da teoria econômica que deve ser analisada não é o indivíduo, mas sim uma esfera composta de indivíduos que interagem por meio de várias transações. Como explica Guedes (2013, p. 285): “Commons as considerava [as *going concerns*] as unidades conceituais fundamentais, capazes de superar o ponto de partida do individualismo”.

Apesar de ser considerado discípulo de Veblen, e ser um dos principais autores da antiga economia institucional, Commons divergia em alguns pontos cruciais daquele autor. A teoria de Commons (1924) está relacionada à ideia de escassez na economia, diferentemente da teoria de Veblen (1898; 1899). Esse último, pautou seu olhar para os fenômenos econômicos a partir da abundância. Para Veblen, no estágio pré-civilizatório da humanidade, a não existência da propriedade privada permitia a ausência de grandes conflitos. Somente quando surge o excedente de riqueza eclodindo a propriedade privada que os conflitos tomam proporções consideráveis, tanto entre os indivíduos quanto entre grupos de indivíduos. Já em Commons, os conflitos estão relacionados diretamente com a escassez de recursos. É, portanto, a escassez de recursos que gera os conflitos entre os indivíduos o fato que está na base da existência da importância das instituições para esse autor: a necessidade da ação coletiva

no controle da ação individual.

A economia institucional original exerceu papel significativo principalmente no final do século XIX com os trabalhos de Veblen, e início do século XX com outros autores. Contudo, a forte influência liberal a partir da década de 1970 no Ocidente deu espaço para outra corrente institucional, que, por um lado, divergia em alguns aspectos da ortodoxia econômica por herdar algumas características da antiga escola institucional, mas, por outro, formava seus pilares em um dos principais elementos da escola neoclássica tradicional: o individualismo metodológico. E é por essa razão que é crucial negar a similaridade entre as duas escolas, uma vez que a principal característica da primeira é a recusa irrefutável dessa metodologia.

3. A Nova Economia Institucional

O “antigo” e o “novo” institucionalismo apresentam um ponto relevante em comum: a oposição à abordagem tradicional da economia neoclássica, argumenta Langlois (1998). Esse ponto de convergência se dá, explica o autor, pelo fato de que ambas escolas concordam que a teoria econômica não deveria ser analisada em termos de um equilíbrio estático, mas de um processo que é constituído por passado e futuro, isto é, um processo evolucionário. No entanto, a Nova Economia Institucional, como mostra Conceição (2001), também se debruça nos aspectos microeconômicos da teoria da firma neoclássica, mas ela a faz a partir de uma abordagem que não convencional, uma vez que trabalha com a história econômica, direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial. Além disso, o arcabouço de John Commons sobre as transações é um importante ponto de partida para os novos institucionalistas. Apesar de tanto a abordagem tradicional quanto a da NEI estarem pautadas nos microfundamentos da teoria, existem, além da perspectiva dinâmica, mudanças na NEI que fogem ao escopo ortodoxo, como sintetiza Conceição (2001, p. 34):

Três hipóteses de trabalho aglutinam o pensamento

da “nova economia institucional”: em primeiro lugar, as transações e os custos a ela associados definem diferentes modos institucionais de organização; em segundo lugar, a tecnologia, embora constitua-se em aspecto fundamental da organização da firma, não é um fator determinante da mesma; e, em terceiro lugar, as “falhas de mercado” são centrais à análise. Daí a importância das “hierarquias” no referido marco conceitual.

O principal ponto a ser ressaltado, para o objetivo desse trabalho, é que não há um rompimento do individualismo metodológico na NEI como há no institucionalismo de Veblen. Nesse sentido, os próprios teóricos da nova economia institucional não se consideram fora do arcabouço ortodoxo (*ibidem*, 2001). Em outras palavras, os economistas adeptos à NEI buscam exceder a microeconomia tradicional ao focar seus estudos em uma abordagem multidisciplinar, contudo, ao incorporar o método neoclássico de análise dos fenômenos econômicos, o individualismo metodológico, esses teóricos ainda são pertencentes ao arcabouço ortodoxo, e não oposição a ele.

3.1. A racionalidade limitada e o oportunismo

Decerto, diferentemente da economia neoclássica, não existe a fixação pela racionalidade maximizadora na NEI. Os agentes não são considerados dados, definitivos e totalmente racionais uma vez que existe um processo evolucionário presente nos fenômenos econômicos, no qual os agentes são capazes de adquirir habilidades cognitivas ao longo dos eventos. Como exemplo, as falhas de mercado para os novos institucionalistas não são fruto da incerteza, mas sim de racionalidade limitada e do oportunismo dos indivíduos (Conceição, 2001).

Para essa corrente, mesmo em um cenário onde todas as informações estão disponíveis, existe uma limitação no processamento dessas informações para serem transformadas em conhecimento pelos agentes econômicos. Sendo assim, a NEI trata os indivíduos como agentes

que possuem uma racionalidade limitada – contribuição de Herbert Simon para essa escola de pensamento, como aponta Fulquin (1996). Aqui há, dessa forma, o uso de uma otimização condicionada, ao invés de um resultado ótimo suposto pela escola abordagem tradicional. A importância da racionalidade limitada, (*ibidem*, p. 19):

[...] está no reconhecimento de que os contratos efetuados para reger uma determinada situação são inevitavelmente incompletos. Em outras palavras, como não se pode prever todas as contingências futuras que interferem na transação em questão, um contrato é incapaz de resolver *ex-ante* todas as eventuais pendências. A partir de Simon, a Economia, desde sempre definida como a ciência da escassez, pôde incorporar a escassez da capacidade de se absorver e processar informações. Até então, o estudo da escassez pressupunha ilimitada racionalidade, o que é, no mínimo, um paradoxo. A adoção do pressuposto da racionalidade limitada ainda é modesta na teoria econômica, dada a dificuldade de sua utilização em modelos formais.

É notável, portanto, que o conceito de racionalidade limitada não nega a racionalidade dos indivíduos, mostra apenas que há limitações computacionais dos agentes e informações incompletas para que esses façam suas escolhas. O conceito de racionalidade limitada impede a execução de resultados ótimos já que há limitações para o cálculo da escolha ótima. Dessa forma, os agentes se apoiam em “regras existentes fora da mente dos indivíduos” sendo as instituições as bases de apoio para a escolha dos indivíduos (Cavalcante, 2014, p. 380). Sendo pautadas tanto em restrições informais, costumes e tradições, como em restrições formais tais quais as leis e direitos de propriedade, as instituições para os novos institucionalistas são vistas como “regras do jogo” de uma sociedade, como definiu Douglas North (1981).

Outro ponto essencial para os teóricos da NEI é a teoria dos custos de transação. Criada por Coase (1937), ela explica que as firmas surgem com o objetivo de minimização de custos, uma vez que as transações

no mercado são mais custosas do que no interior das firmas. Assim, a eficiência econômica, embasa assim, a decisão a ser tomada entre dois modos de combinar as relações: um deles é o mercado, o outro a organização (a firma) (Steiner, 2006). Nessa seara, surge outro conceito relevante para os novos institucionalistas além da racionalidade limitada, o oportunismo. Dado um cenário de incerteza e concorrência imperfeita, o comportamento oportunista dos agentes é um mecanismo de maximização das escolhas que gera assimetria de informações de forma deliberada. Williamson (1985) se debruçou sobre a teoria de Coase (1937) ao sustentar que os agentes são movidos pelo autointeresse que os faz agir de forma oportunista. Nesse sentido, o elemento determinante para a solução de conflitos é o mapeamento das ações oportunistas dos agentes, uma vez que esses são movidos por esse tipo de interesse. Vale ressaltar que para a teoria neoclássica, tal comportamento não se trata de um problema, uma vez que todas as ações oportunistas são cerceadas por contratos: um bom contrato para a economia neoclássica é aquele que impede toda e qualquer ação oportunista. Todavia, na NEI, assume-se que os contratos não são completos de forma a coibir toda ação oportunista, sendo assim, para os novos economistas institucionais as ações oportunistas dos agentes ainda podem ocorrer, mesmo diante de contratos (Williamson, 1985).

3.2. O indivíduo e as instituições

Hodgson (1998) aponta que o novo institucionalismo explica que tanto as instituições se caracterizam pela interação entre os indivíduos, quanto as preferências individuais são influenciadas pelas instituições, sendo o ambiente social e as condições socioeconômicas em que esses atores estão inseridos partes desse processo. É a interação entre os indivíduos e suas preferências que definem as regras e as regulamentações do ambiente econômico e social que cerca esses agentes, isto é, que consolidam as instituições. Em outras palavras, para os novos institucionalistas, o indivíduo é ao mesmo tempo um produtor e um produto de suas preferências e é o hábito a base da ação e crença dos seres humanos. Contudo, é importante salientar as diferenças em relação a essa temática

entre esses e os institucionalistas originais:

O tratamento dado ao hábito pelos filósofos e psicólogos que influenciaram os primeiros institucionalistas foi muito diferente. A direção da explicação era contrária: ao invés dos hábitos serem explicados a partir da escolha racional, a escolha racional foi explicada a partir dos hábitos. Mais ainda, o hábito foi ligado ao conhecimento e à crença, vendo a essência da crença como o estabelecimento do hábito. Todas as ideias, inclusive crenças, preferências e modos racionais de cálculo, foram consideradas adaptações evolucionárias às circunstâncias, estabelecidas por meio da aquisição de propensões habituais. (HODGSON, 1998, p. 268)

O institucionalismo de Veblen sustenta que os hábitos de pensamento são moldados por experiências passadas e tendem a se perpetuar e, nessa seara, os interesses da classe dominante – a classe ociosa – exerce papel relevante. Já no novo institucionalismo, como explica Hodgson (1998), os autores consideram as instituições como regularidades gerais do comportamento social dos indivíduos, tais como as regras do jogo ou as restrições que são criadas pelos próprios agentes para delinear suas interações⁴. Significa dizer que são os próprios indivíduos, através de suas preferências e de suas interações que moldam as instituições. O importante a ser ressaltado, então, é sobre quem dita tais regras do jogo. Para os teóricos da NEI, não é o Estado através das leis, ou uma classe dominante. É nesse ponto que encontramos a grande diferença entre as escolas, de onde deriva a importância do individualismo metodológico para os novos institucionalistas. É a geração espontânea a partir das relações sociais que formam as regras e, assim, os mecanismos de coordenação dos mercados são gerados espontaneamente a partir das interações e preferências dos

4 Vale ressaltar que as duas definições, tanto do institucionalismo original quanto da NEI, são complexas e envolvem conceitos amplos, como explica o autor. Para além das organizações, envolvem também entidades sociais que estão integradas na sociedade, tais como o dinheiro, a linguagem e a lei. Para não fugir do escopo da presente pesquisa, são apresentados os principais pontos que as definem, com o objetivo principal em focar no individualismo metodológico.

indivíduos.

Dessa forma podemos observar a importância do individualismo metodológico para esses economistas: o indivíduo está no primeiro plano, sendo sua escolha soberana. Se cada indivíduo escolher o que é melhor para si, coletivamente teremos um resultado de coordenação das atividades que será benéfico para todos (Hodgson, 1998; Conceição, 2001; Fulquin, 1996). Apesar da NEI recuperar alguns elementos importantes do institucionalismo original, os novos institucionalistas, assim como os neoclássicos, consideram a escolha dos agentes soberana à ação, não rompendo com o individualismo metodológico – pelo contrário, o utiliza como ponto de partida para a análise econômica.

A diferença entre o institucionalismo vebleniano e a nova economia institucional é difícil de ser traçada com clareza apenas através da definição de instituição que essas duas escolas apresentam, podendo se tratar de modelos mentais, regras do jogo ou organizações (Cavalcante, 2014). No entanto, o que buscamos demonstrar é a impossibilidade da convergência das duas escolas institucionais devido ao fato do ponto de partida da nova economia institucional ser o individualismo metodológico, tornando-se impossível a convergência das duas escolas uma vez que a antiga economia institucional se caracteriza pela recusa desse método. Apesar de alguma similaridade na definição de instituição, os principais expoentes do novo institucionalismo, Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglas North, não deixam dúvidas ao demonstrarem que seus objetivos são expandir os conceitos teóricos abordados pela ortodoxia, e não substituir a economia neoclássica por outro arcabouço teórico, como buscaram os institucionalistas originais (*ibidem*, 2014)⁵.

4. A antiga e a nova economia institucional: o rompimento através do individualismo metodológico

Apesar de o objetivo deste artigo ser a demonstração da ruptura

5 Nesse ponto, encontramos algumas críticas feitas aos institucionalistas originais. Essas críticas se baseiam no fato de que os autores da antiga escola institucionalista não encontraram uma teoria normativa para dar sustentação às suas críticas que visasse a substituição da ortodoxia tradicional, como apontou Langlois (2000). Esses autores foram questionados por serem demasiadamente empíricos.

entre a antiga e a nova economia institucional através do individualismo metodológico, de certo existem pontos em comum da agenda da pesquisa institucional nos quais ambas se debruçam: há de se considerar que os novos institucionalistas herdaram algumas das ideias da matriz da escola institucionalista. O reconhecimento do processo de mudança e transformação dos fenômenos econômicos é uma ideia que está presente nas duas escolas. Além do mais, o núcleo de pensamento de ambas escolas compreende as instituições, os hábitos, a cultura, as regras e o processo evolucionário contido nessas esferas. As instituições, portanto, são tidas como resultado de uma situação presente que molda o futuro, através de um processo seletivo e coercitivo. As instituições, a cultura, os hábitos e rotinas criam certas formas de seleção e as crises podem ser o resultado de mudanças institucionais. Essa é a natureza da pesquisa institucionalista, conforme explica Conceição (2001).

Ademais, as instituições fundamentam e garantem a estabilidade dos hábitos, da cultura e das regras nas sociedades em todas as correntes institucionalistas, sendo esses transmitidos de forma evolucionária. Pode haver, contudo, mudanças nas regras, mas essas não implicam em mudanças institucionais: as regras estabelecidas são passadas pelas gerações.

Conceição (2001) explica que apesar de alguns autores apontarem alguma similaridade entre o institucionalismo de Veblen e a NEI, o principal ponto dos novos economistas institucionais que os mantém dentro da ortodoxia econômica, diferentemente do que propunha seus precursores do final do século XIX, é a adoção do individualismo metodológico. O individualismo metodológico é baseado em pressupostos que negam a própria realidade econômica, uma vez que essa é dinâmica, interativa e, principalmente, evolucionária, sendo incompatível com o indivíduo determinado da economia neoclássica, que sabe exatamente onde chegará através da soberania e da rigidez da sua escolha: em um equilíbrio estático através de uma racionalidade maximizadora.

Ao invés da existência de indivíduos independentes, auto-subsistentes e com preferências dadas, como pressupõe o individualismo metodológico, Conceição (2001) argumenta que se deve compreender uma outra forma de análise das relações sociais e econômicas, uma análise do mercado através do “coletivismo metodológico”. Sendo os indivíduos

interdependentes por bases culturais, para os institucionalistas originais, a análise dessas relações deve ser dada através desse método, em substituição ao individualismo metodológico.

Para explicitar essa diferença fulcral entre as duas escolas institucionais deve-se compreender como são definidas as regras nas quais estão sujeitos os indivíduos. Evidenciou-se que, para o institucionalismo de Veblen, as instituições são criadas e norteadas pelas classes dominantes com a finalidade defender e perpetuar seus interesses (Veblen, 1899). Ademais, considerado pertencente ao institucionalismo original, o acabamento teórico de Commons (1924) mostra a importância das leis como o arranjo político institucional que gere os conflitos – nessa abordagem, tem-se sobretudo o Estado como o agente mediador de conflitos, e é dessa forma que o Estado pode agir para sustentar os interesses das classes dominantes. Já para os novos institucionalistas, as regras do jogo são criadas e sustentadas de forma espontânea através das relações sociais. Em outras palavras, para os teóricos da NEI, a medida em que cada indivíduo busca o melhor para si, ele contribui para o melhor da coletividade sem que haja um interesse de uma classe superior por trás dessas relações, mas sim o interesse dos próprios indivíduos.

5. Considerações finais

Conhecida por ser a sociologia econômica americana, ou o institucionalismo de Veblen, a Economia Institucional Original surgiu com um dos principais desígnios o rompimento com a ortodoxia econômica. Isso foi feito de diversas formas, sendo uma das mais notáveis aquela que explica que os indivíduos e os fenômenos econômicos não são passivos nem definitivos. Aqueles que se encontram em um contexto econômico necessariamente transitam em processos cumulativos de aprendizado, processos esses que se dão a partir do passado e do futuro. Em outras palavras, a evolução é o ponto central para a explicação dos eventos econômicos para os institucionalistas originais.

Nesse sentido, Veblen questionou o tratamento da economia como ciência, já que, para esse autor, a impossibilidade da ortodoxia considerar

processos evolucionários em suas teorias distanciavam-na do que poderia ser classificado como ciência. A rejeição do indivíduo perfeitamente racional também mostra um traço importante para a complexa realidade teorizada pelos antigos institucionalistas. Para esses, os pressupostos do *homo oeconomicus* contraditavam o contexto econômico que os indivíduos pertencem. A despeito da não consolidação de uma teoria que se contrapusesse a ortodoxia, esses teóricos tiveram suma importância no surgimento de novas correntes econômicas.

O surgimento da nova corrente institucional, a NEI, herda alguns dos princípios dos institucionalistas originais, e a dinamicidade na explicação dos fenômenos econômicos é uma delas. No entanto, apesar de se denominar uma escola institucionalista e, assim como o institucionalismo original, se preocupar com o processo evolucionário desses fenômenos, os novos institucionalistas não se opõem a abordagem tradicional da economia. Sobre isso, a adoção do individualismo metodológico é um divisor de águas entre as duas correntes institucionais. Ao compreender o papel do indivíduo para essas duas correntes enxerga-se uma cisão que impede que ambas sejam consideradas contínuas ou interligadas: existe uma ruptura de método importante. Dada a importância da existência das instituições para ambas as escolas, sendo os hábitos de pensamento ou as regras do jogo, a grande desconexão entre elas se dá em como essas instituições são estabelecidas e fomentadas. Para a antiga economia institucional, as instituições se estabelecem por interesses econômicos que ditam as regras, punições, hábitos e costumes da sociedade, e esses são difundidos e aprendidos. Já para os novos institucionalistas, o indivíduo está no primeiro plano, e é por geração espontânea através das relações sociais entre os indivíduos que as instituições são criadas, portanto, o interesse individual é soberano e capaz de regular as relações individuais e, assim, a coletividade.

Referências

CAVALCANTE, C. M. (2014). *A Economia Institucional e as três dimensões das instituições*. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 18,

n. 3, p. 373-392, set-dez/2014.

COASE, R (1937) [1988]. *The nature of the firm*. In: The firm, the Market and the law. Chicago: The University of Chicago Press.

COMMONS, J. R. (1924) [1995] *Legal foundations of capitalism* New Brunswick:Transaction Publishers.

CONCEIÇÃO, O. A. C. (2001). *Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? Análise Econômica*. vol. 19, n. 36, pp.

DURKHEIM, E. (1895) [2012]. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Edpro.

FURQUIM, P. (1996). *A Nova Economia Institucional* (Cap. 1) – Tese de doutorado.

GUEDES, S. (2013). *Lei e ordem econômica no pensamento de John R. Commons*. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 281-297, abril-junho/2013

HODGSON, G. (2002). *Darwinism in economics: from analogy to ontology*. Journal of Evolutionary Economics, v.12, n.3, jul.

HODGSON, G. (1998). *The Approach of Institutional Economics*. Journal of Economic Literature. Vol 36, n. 1, march, pp. 166-192.

HODGSON, G. (1998). *Evolutionary Economics*. In: DAVIS, J. B; HANDS, D. W; MÄKI, U. The Handbook of Economic Methodology. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, p. 160-167.

LANGLOIS, R. (1998). *Rationality, Institutions, and Explanations*. London: Routledge. Economics as Process: Essays. In: The New Institutional Economics. Cambridge: Cambridge University Press.

NELSON, R. (2006). *Evolutionary social science and universal Darwinism*. Journal of Evolutionary Economics.

NELSON, R., WINTER, S. (1982). *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

NORTH, D (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

POSSAS, M. L. (2008) *Economia evolucionária neo-schumpeteriana: elementos para uma integração micro-macrodinâmica*. *Evolução Darwiniana & Ciências Sociais*. Estud. av. 22 (63).

STEINER, P. A (2006) *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas.

VEBLEN, T. (1898). *Why is Economics not an Evolutionary Science?* The Quarterly Journal of Economics, v. 12, n. 4, julho. Oxford University Press.

VEBLEN, T (1899) [1983]. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural

WILLIAMSON, O. E. (1985). *The economic institutions of capitalism*. New York: Free Press.